



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RECURSO ESPECIAL Nº 1712810 - MG (2017/0307862-2)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
RECORRENTE : CARPI COMERCIALIZADORA DE MOVEIS LTDA  
RECORRENTE : MOVELARIA RUFATO - ME  
RECORRENTE : SIAL COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
RECORRENTE : TREVISO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA  
RECORRENTE : DERF ORGANIZACOES ADMINISTRATIVAS LTDA  
RECORRENTE : LF HOSPEDAGENS RUFATO LTDA  
ADVOGADO : SEBASTIAO WILLIAN MOREIRA - MG139178  
RECORRIDO : W A V - POR SI E REPRESENTANDO  
                  : T DE O V (MENOR)  
—  
ADVOGADO : LEONARDO HENRIQUES DE MENDONCA - MG076569  
INTERES. : ALEXANDRE AUGUSTO CANDIAN DA SILVA  
ADVOGADO : MAURENIR CARDOSO - MG142115  
INTERES. : LAIS RUBINICH FERREIRA RUFATO  
INTERES. : FREDERICO RUBINICH FERREIRA RUFATO  
ADVOGADO : SEBASTIAO WILLIAN MOREIRA - MG139178

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, ERRO MATERIAL OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada em razão de acidente de trânsito, que culminou em morte da vítima.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, é impositiva a rejeição dos embargos de declaração.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ocorrência de culpa concorrente da vítima, ao menos em tese, e à legitimidade passiva das empresas que compõem o grupo econômico, in status assertionis, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

### DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por CARPI COMERCIALIZADORA DE

MOVEIS LTDA E OUTROS, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 27/03/2017.

Concluso ao gabinete em: 19/02/2018.

Ação: de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada por W. A. V. e T. DE O. V. (MENOR) em face das recorrentes e outros, devido a acidente de trânsito que culminou no falecimento da esposa e mãe dos autores.

Decisão interlocutória: reconheceu a ilegitimidade passiva de LAIS RUBINICH FERREIRA RUFATO e FREDERICO RUBINICH FERREIRA RUFATO; entendeu que, a princípio, há existência de culpa concorrente da vítima, razão pela qual deferiu em parte o pedido de tutela antecipada, para determinar aos réus CARPI COMERCIALIZADORA DE MOVEIS LTDA e ALEXANDRE AUGUSTO CANDIN DA SILVA que paguem ao menor THIAGO DE OLIVEIRA VILELA a quantia de R\$ 645,76 por mês, correspondente a 25% de 2/3 da renda recebida pela falecida na época do acidente, até o julgamento definitivo da lide.

Acórdão: deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pelos autores-recorridos, para afastar, a princípio, a culpa concorrente da vítima e, assim, fixar o valor do pensionamento mensal em R\$ 1.291,52, quantia correspondente a 50% de 2/3 da renda mensal da vítima. O acórdão foi assim ementado (e-STJ fls. 1.135/1.136):

“PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO INDENIZATÓRIA - ACIDENTE DE TRÂNSITO FATAL - MORTE DA VÍTIMA - LEGITIMIDADE PASSIVA DAS EMPRESAS QUE COMPÕEM SUPOSTO GRUPO ECONÔMICO - APLICAÇÃO DA TEORIA DA ASSERÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS SÓCIOS - PERSONALIDADES JURÍDICAS DISTINTAS - ALIMENTOS PROVISIONAIS PARA O FILHO MENOR DE IDADE - REDUÇÃO PELA METADE - NÃO -CABIMENTO NO CASO - AUSÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE DA VÍTIMA FATAL. Segundo a teoria da asserção, a legitimidade para a causa é verificada pela pertinência abstrata da pretensão inicial com o direito material controvertido. Nessa teoria, ultrapassado o momento da propositura da demanda, quando as condições da ação são verificadas in status assertionis, se constatada a falta de alguma das condições da ação no momento do julgamento da demanda a hipótese é de improcedência do pedido e não de extinção sem resolução do mérito, sob pena de adesão velada às teorias concretistas do direito de ação. E como no caso dos autos, alegando os autores, ora agravantes, que ajuizaram a presente demanda contra as citadas empresas por entenderem que elas e a outra empresa ré, empregadora do condutor que conduzia a empilhadeira envolvida no acidente narrado nos autos, fazem parte de um mesmo grupo econômico, e que por isso são solidariamente responsáveis pelo acidente de trânsito narrado nos autos, todas as empresas

requeridas têm legitimidade para figurar no polo ativo da ação de reintegração de posse, sendo que a procedência ou não da pretensão autoral e o reconhecimento da existência do aludido grupo econômico são questões de mérito. A personalidade jurídica da sociedade empresária não se confunde com a dos seus sócios, mesmo que administradores, razão pela qual a mera participação societária ou a administração levada a cabo pelos réus excluídos da lide pela decisão ora agravada não levam à sua legitimidade para figurarem no polo passivo da presente ação indenizatória. A culpa concorrente ou concorrência de culpas só restará configurada quando a conduta isolada de cada um dos condutores dos veículos envolvidos no evento danoso (acidente de trânsito) ser potencialmente capaz de causá-lo; o que ocorreria, por exemplo, na colisão de dois veículos em um cruzamento após seus respectivos condutores desrespeitarem as placas/sinais de parada obrigatória. Não há que se falar em concorrência de culpas no caso em análise, pelo menos numa análise perfunctória da questão, própria do juízo de cognição superficial das medidas cautelares e antecipatórias, pois apenas o não uso do capacete pela falecida esposa e mãe dos autores, ora agravantes, obviamente não foi a causa do acidente que a vitimou, mas sim a imprudência do réu condutor da empilhadeira que adentrou em rodovia sem as devidas precauções, pois ele deveria cercar-se de todos os cuidados a fim de não interceptar a trajetória de ninguém que já estivesse trafegando pelo local, consoante dispõem os 34 e 36 do Código de Trânsito Brasileiro”.

Embargos de declaração: opostos pelas recorrentes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 373, 489 e 1.022 do CPC/15, 27, 28, 29, II, 43, 55 e 244 do CTB, 932, III, do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta a caracterização de culpa concorrente da vítima, eis que, no momento do acidente, pilotava motocicleta sem o uso de capacete, além de não respeitar a distância de segurança frontal e transitar em velocidade superior à permitida na via. Defende, ademais, que a legitimidade para figurar no polo passivo da lide é apenas da empresa CARPI e seu empregado ALEXANDRE CANDIAN.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação do art. 1.022 do CPC/2015

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente, acerca da ausência de culpa concorrente da vítima – em juízo perfunctório –, bem como da legitimidade passiva, in status assertionis, das empresas quem compõem o mesmo grupo econômico, de maneira que os embargos de declaração opostos pelas recorrentes com vistas ao revolvimento do tema, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15.

- Da fundamentação deficiente

Os argumentos invocados pelas recorrentes não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 373 e 489 do CPC/15, o que importa na inviabilidade do recurso especial quanto ao ponto, ante a incidência da Súmula 284/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Ademais, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ocorrência de culpa concorrente da vítima, ao menos em tese, e à legitimidade passiva das empresas que compõem o grupo econômico, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, qual seja, a caracterização da concorrência de culpas no acidente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Por derradeiro, previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora